

A COMUNA DA TERRA: UMA EXPERIÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA ENTRE O CAMPO E A CIDADE



LUCÉLIA MARTINS DE SOUZA

Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP (2012). Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD pela Universidade Federal Fluminense (2017); Agente do Brincar pela Associação Brasileira pelo Direito de Brincar – IPA (2017); Licenciada em Educomunicação pela Escola de Comunicação e Artes- USP; Professora de Ensino Fundamental II e Médio na EMEF Euclides de Oliveira Figueiredo...

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre a proposta Comuna da Terra, idealizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como experiência que busca articular a luta pela reforma agrária às dinâmicas socioespaciais urbanas. Fundamentado em pesquisa desenvolvida no Assentamento Milton Santos, localizado entre os municípios de Americana e Cosmópolis (SP), o texto analisa o processo de formação dessa modalidade de assentamento, seus princípios organizativos e as implicações sociais e territoriais decorrentes da sua implementação. O estudo parte da compreensão de que as transformações econômicas e políticas do país, especialmente a partir da década de 1990, impuseram ao MST a necessidade de redefinir estratégias de luta e ampliar sua atuação para além do campo tradicional, aproximando-se das demandas das populações urbanas. Assim, a Comuna da Terra configura-se como uma resposta histórica à expropriação e à precarização do trabalho, propondo um modelo de ocupação que combina cooperação, produção agroecológica e gestão coletiva da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária; MST; Comuna da Terra; Campo e cidade; Cooperação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a proposta Comuna da Terra, desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como expressão de uma nova fase da luta pela terra no Brasil, marcada pela aproximação entre campo e cidade. O estudo tem como base a experiência do Assentamento Milton Santos, localizado entre os municípios de Americana

e Cosmópolis, no Estado de São Paulo, e parte da pesquisa de campo realizada no âmbito do programa Ensinar com Pesquisa da Universidade de São Paulo.

O objetivo geral consiste em compreender os fundamentos e as práticas que orientam a criação da Comuna da Terra e suas implicações na reorganização territorial dos assentamentos rurais. Como objetivos específicos, busca-se identificar os fatores históricos que motivaram a reformulação das estratégias do MST; discutir o conceito de cooperação enquanto base organizativa; e analisar o papel do Assentamento Milton Santos como experiência concreta dessa proposta.

A justificativa do estudo reside na relevância social e acadêmica do tema, uma vez que as Comunas da Terra representam um dos mais significativos avanços na política de reforma agrária, propondo um modelo que dialoga com a realidade urbana e reafirma o papel da agricultura familiar e coletiva na produção de territórios sustentáveis. O problema de pesquisa centra-se em compreender de que modo a proposta Comuna da Terra se concretiza na prática e quais os desafios para a efetivação de seus princípios de cooperação e coletividade.

A GÊNESE DO MST E O CONTEXTO DAS LUTAS PELA TERRA

O MST surge na década de 1970, em meio à efervescência dos movimentos sociais que resistiam à ditadura militar e denunciavam a concentração fundiária no Brasil. De acordo com Fernandes (1999), o movimento nasce do acúmulo de experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se constituíram como espaços de conscientização política e organização popular. Nesses contextos, trabalhadores rurais se articularam para reivindicar o acesso à terra e à reforma agrária, consolidando um dos maiores movimentos sociais da América Latina.

As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização acerca da realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em espaços de liberdade, uma vez que se podia falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, por meio da ampliação desse processo pedagógico, em que os sujeitos refletiam a respeito de suas histórias, também começaram-se a articular ações de resistência contra as injustiças. (FERNANDES, 1999, p. 72)

Em um cenário político marcado pela crescente expropriação e exploração, é a partir de experiências construídas nas CEBs que os trabalhadores rurais se conscientizam, politizam e se organizam para atuar no cenário político da época. Marcam assim um tempo de crescimento e consolidação da luta e da organização de movimentos sociais que em si comporta o surgimento do MST:

As experiências de luta construídas a partir das CEBs, contribuíram para com o nascimento do MST. As comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p. 57)

O MST propõe uma luta que ultrapassa a distribuição de terras, visando à construção de novas formas de organização social, com base na solidariedade, na coletividade e na democratização dos meios de produção. Como afirma Fernandes (1999, p. 53), “a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração”.

A luta não se limita a um caráter economicista, enfrentando os processos que geram a

concentração fundiária histórica do nosso país e a subordinação da agricultura à lógica do capital (industrial, estrangeiro e financeiro), mas tem em vista a conquista da dignidade da vida, de uma sociedade equilibrada, sem marcas da pobreza e fome.

RENOVAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E A APROXIMAÇÃO COM O URBANO

A partir da década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais, o Brasil vivenciou o aprofundamento das desigualdades sociais e o aumento do desemprego estrutural. Esse contexto levou o MST a repensar suas estratégias de atuação, ampliando o diálogo com as demandas urbanas e aproximando as lutas do campo das periferias das grandes cidades. Conforme Goldfarb (2007), o movimento passou a integrar trabalhadores urbanos desempregados, migrantes e populações em situação de vulnerabilidade em suas ocupações.

Esse movimento de expansão redefiniu a própria noção de reforma agrária, que passou a incluir o acesso à terra como direito não apenas do camponês expropriado, mas também do trabalhador urbano em busca de sustento e dignidade. Assim, a Comuna da Terra nasce como estratégia de integração entre campo e cidade, constituindo-se em territórios de economia solidária e produção agroecológica.

A PROPOSTA COMUNA DA TERRA E SEUS FUNDAMENTOS

A Comuna da Terra é definida pelo MST não como um modelo fixo, mas como uma proposta flexível, capaz de se adaptar a diferentes realidades. Segundo Matheus (2003), trata-se de organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos, garantindo o acesso à terra a todas as famílias dispostas a nela morar e trabalhar, com base na produção agroecológica, no uso coletivo dos recursos e na titulação coletiva das áreas.

A proposta articula cinco elementos fundamentais: o vínculo do trabalhador com o trabalho, a propriedade social da terra, a produção agroecológica, a cooperação em vários níveis e o desenvolvimento das questões sociais básicas (Matheus, 2003, p. 45). Nessa perspectiva, a Comuna da Terra expressa uma nova concepção de reforma agrária, que busca integrar justiça social, sustentabilidade ambiental e solidariedade.

A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos, com um primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, ou seja, possibilitar o acesso à terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus Estados de origem, indo para outras regiões do país a procura de oportunidade de trabalho no campo e acabaram nas grandes cidades. (MATHEUS, 2003, p. 6).

Para o MST, de acordo com Goldfarb 2007, a construção desta nova concepção de reforma agrária, através da Comuna, impõe-se diante da sociedade como meio para o resgate da dignidade daqueles que um dia precisaram abandonar suas terras e origens para conseguir um trabalho nas grandes cidades e se depararam com a pobreza, violência e miséria.

Para o MST, a Comuna da Terra faz parte do que ele chama de nova concepção de reforma agrária e consiste numa série de ações, dentre elas:

Priorizar para a reforma agrária a desapropriação de terras agricultáveis, de boa fertilidade e próximas às cidades, viabilizando de forma mais fácil e barata o abastecimento e a infra-estrutura econômica e social do assentamento.

Garantir acesso à terra a todas as famílias que quiserem nela morar e trabalhar.

Assegurar que nenhum beneficiário da reforma agrária, da colonização ou da regularização de posse poderá vender a terra. A forma de acesso à terra deverá ser a de Concessão Real de Uso, com direito à herança, desde que os herdeiros morem no lote.

Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços.

Organizar agroindústrias próximas aos locais de produção agrícola.

Desenvolver um programa de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia.

Cobrar do Estado, medidas que garantam o financiamento para que as comunidades do meio rural desenvolvam programas coletivos de autonomia energética, através de usinas de biodiesel, de óleo vegetal combustível e outras fontes alternativas como a energia solar e eólica.

Construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugando com o acesso à energia elétrica de fontes renováveis e alternativas; à água potável; ao transporte público; à informática em todas as comunidades rurais.

Orientar para que todas as moradias sejam aglutinadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com sua cultura, de modo a facilitar a implantação desses serviços. (GOLDFARB, 2007, p.24 apud MST 2006)

Essa concepção se vale e propõe a criação de uma vivência diferenciada com elementos do urbano dentro da vida do campo, após o resgate desse contingente de excluídos na periferia dos grandes centros urbanos. Este processo caminha “na possibilidade de recampezinação ou campezinação que é entendida como retorno ao campo e possibilidade de adaptação à vida no campo e de realização de atividades agrícolas”. (GOLDFARB, 2007, p. 72)

COOPERAÇÃO COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O princípio da cooperação ocupa lugar central na proposta da Comuna da Terra. Mais do que um arranjo econômico, trata-se de um valor social e político que orienta tanto a organização produtiva quanto a vida cotidiana das famílias assentadas. Para Matheus (2003, p. 47), a cooperação deve abranger as atividades econômicas, sociais e culturais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e construindo uma nova forma de relação entre os trabalhadores e a terra.

É um princípio com base direta na cooperação e solidariedade nos diversos âmbitos:

No aspecto das atividades econômicas como: produção, beneficiamento e comercialização e principalmente, nas atividades estratégicas, produção de fertilizantes orgânicos, produção de sementes e mudas, irrigação, beneficiamento da produção e a venda da produção utilizando a marca da Reforma Agrária e desenvolvendo parcerias com outras organizações do campo e da cidade, como: instituições públicas, onde terá como princípio básico a cooperação nas mais diversas formas e experiências, núcleos de produção familiar, associações, cooperativas e prestação de serviços regionais. O fundamental é a socialização dos meios de produção. Nos aspectos sócio-culturais, da mesma maneira, o princípio básico será a solidariedade, o compromisso com a democracia e a participação, com direitos e deveres iguais para todos os homens, mulheres e jovens, buscando a construção do sonho e da felicidade do ser humano, o novo homem e a nova mulher. (MATHEUS, 2003, p. 47)

Goldfarb (2007) observa que a proximidade física entre as moradias, em núcleos ou agrovilas, facilita a sociabilidade e o trabalho coletivo, ainda que não determine, por si só, a existência de relações solidárias. A cooperação exige, portanto, um processo educativo e cultural que rompa com os valores individualistas e com a lógica da propriedade privada. Esse desafio se expressa nas práticas cotidianas e nas tensões entre o ideal coletivo e as condições concretas de vida nos assentamentos.

Incentivar as relações socioculturais alicerçadas em bases de cooperação se torna então uma força motriz da proposta Comuna da Terra, o que não se alcança apenas por meio da teoria, mas exige um grande esforço para a construção de uma nova mentalidade e educação quanto aos conceitos pré-estabelecidos de individualidade e propriedade da nossa sociedade.

Uma das diretrizes da proposta Comuna da Terra, contida já na discussão acerca das Novas Formas de Assentamento, refere-se ao desenvolvimento sócio-cultural que traz em si a idéia de estimular a aproximação das famílias, pois, para o MST, nos assentamentos convencionais ocorreria um certo isolamento das famílias dentro de seus lotes que, por possuírem grandes extensões, acabam distanciando-as. (GOLDFARB, 2007, p. 91)

Essa diretriz nasce então, a partir das experiências anteriores nos assentamentos convencionais. No caso das Comunas, um grande diferencial que tende a servir como inibidor desse isolamento é o tamanho reduzido do lote em relação aos assentamentos tradicionais do interior do estado, chegando em certos casos a ser menor que o módulo fiscal da região. Em São Paulo o módulo máximo mede 40 hectares e o módulo mínimo 5 hectares. (Incra 2006 apud Goldfarb, 2007).

Sendo o lote menor, as famílias ficam mais próximas e de certa forma vêm a priorizar a integração, estimulando uma maior sociabilidade que gere pactos de cooperação e trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta Comuna da Terra representa uma tentativa concreta de reinventar a reforma agrária no Brasil, ao aproximar o campo das cidades e ao propor uma relação mais solidária entre trabalho, produção e natureza. A experiência do Assentamento Milton Santos evidencia tanto o potencial transformador dessa iniciativa quanto os desafios para sua consolidação, especialmente no que diz respeito à formação de uma consciência coletiva e à superação das limitações institucionais e culturais.

Mais do que um modelo, a Comuna da Terra simboliza um projeto de sociedade baseado na cooperação, na gestão comunitária e na democratização do acesso à terra, reafirmando a luta do MST como uma construção histórica e em permanente movimento.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLDFARB, YAMILA. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos**. São Paulo: Annablume, 2007.

MATHEUS, DELWEK. **Proposta Comuna da Terra**. São Paulo: MST, 2003.

MARQUES, MARTA INEZ MEDEIROS. **A reforma agrária e a questão da titulação da terra**. São Paulo: USP, 2000.